

DESENVOLVIMENTO LOCAL E PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA: UMA CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Sérgio Ricardo Oliveira Martins
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
pietraecaua@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Passada a moda local-desenvolvimentista, durante a qual se propagou a idéia de que o desenvolvimento local era o caminho (quase único) para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável, persistem os dilemas e desafios da mobilização, organização e participação sociopolítica em prol da solução de problemas e atendimentos a demandas sociocomunitárias. Êxitos e insucessos das iniciativas em inúmeras localidades pelo Brasil a fora, evidenciaram a importância de elementos ou condições essenciais ao processo de desenvolvimento local, como o protagonismo individual e coletivo, o engajamento comprometido em ações ou projetos coletivos e o sentimento de pertença ao lugar.

De fato, a observação direta de experiências de desenvolvimento local tem mostrado que a continuidade de qualquer projeto depende diretamente da qualidade e continuidade do envolvimento dos indivíduos em seus distintos segmentos sociais. Não foram poucas as iniciativas e ações ditas comunitárias que esmaeceram. O esforço por despertar nas pessoas a vontade de participar ativamente do desenvolvimento da sua comunidade/localidade esbarrou em um comportamento sociopolítico marcado por uma postura passiva e aparentemente desinteressada em relação às discussões sobre problemas e soluções. Longe de expressar comodismo ou conformismo, tal passividade revela o que certamente é o maior desafio do desenvolvimento local, qual seja romper com a cultura política do clientelismo-assistencialismo. Este trabalho objetiva, na perspectiva do desenvolvimento local, enquanto projeto coletivo fundado no protagonismo sócio-comunitário, refletir sobre uma experiência de participação sociopolítica, focalizando a relação entre a disposição pessoal de participar e a distância entre o local de moradia e de realização de reuniões e ações coletivas.

A metodologia empregada incluiu a utilização de técnicas qualitativas (análise de conteúdo das atas e observação participante). A observação participante das reuniões foi fundamental ao conhecimento e percepção das motivações pessoais. Por fim, o levantamento bibliográfico possibilitou a construção do referencial teórico, no qual os conceitos de desenvolvimento local, território e participação sociopolítica são correlacionados e discutidos.

1 DESENVOLVIMENTO LOCAL E TERRITÓRIO

O debate sobre o desenvolvimento tem evidenciado cada vez mais a importância do território como totalidade multiescalar e multidimensional, adquirindo destacado papel enquanto condição e fator de desenvolvimento (GONZÁLEZ, 1998). Grande importância tem se dado também à cultura, a dimensão insistentemente negligenciada pelo desenvolvimentismo do pós-guerra. Em grande parte, esta profunda revisão teórico-metodológica tem como ponto de partida as reflexões sobre os impactos desastrosos da tradição desenvolvimentista, fundada em uma visão reducionista e fragmentária, causadora

de desequilíbrios sociais e ambientais. A história do desenvolvimento, na qual invariavelmente se atribuiu importância secundária à dimensão cultural, sempre estiveram presentes mentalidades etnocêntricas, evolucionistas e racionalistas (VERHELST, 1992).

A força do lugar reside no território compartilhado e identificado por uma consciência socioespacial de entorno, cuja essência é a própria história vivida (SANTOS, 1996a). O lugar se apresenta para as pessoas por sua materialidade, pela aparência conhecida e familiar dos elementos que o compõem – casas, ruas, campos, a vizinhança, o clima habitual, etc. O enfoque socioespacial deve assim transcender a representação espacial e a localização dos fatos, e apreender o processo em que estes mesmos fatos adquirem significação social. Fora do território, por exemplo, a cidadania não passará de ficção, pois cidadão não é todo aquele que tem direitos e deveres assegurados por lei, mas aquele que efetivamente tem condições de exercer esses direitos e deveres. Neste sentido, as condições de acesso aos meios de vida dependem, em grande medida, de como as pessoas estão situadas (e não apenas localizadas) no lugar, e conclui que “O cidadão é o indivíduo num lugar” (SANTOS, 1996b, p. 123). Isto quer dizer que, ao envolver práticas espaciais, em distintas localizações e em uma sociedade diferenciada, a cidadania pode ser plena para uns e nula para outros.

Implícito no conceito de desenvolvimento local está, pois, uma questão de escala territorial. O entendimento da escala local, como aquela que permite a eficácia das ações e um melhor acompanhamento dos resultados, no Brasil, está associado ao fracasso de um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização a qualquer custo, no consumo de massa, em altíssimos custos ambientais e sociais, viabilizado por ampla disponibilidade de capitais (LEROY, 1997, p. 88-89).

Uma nova concepção de desenvolvimento, que valoriza o local como referência territorial (sentido de lugar) e que ganha força, na Europa, a partir dos anos 80, propõe se aproximar das pessoas, apoiar-se nas localidades e engajar grupos sociocomunitários na superação de problemas e necessidades, a partir de referências endógenas e de parcerias externas (GOBIERNO VASCO, 1994). Quando se fala do “local”, está-se referindo à escala das relações pessoais das práticas socioespaciais que se expressam por territorialidades e identidades socioculturais. Eis a escala humana, um cenário de representações e de práticas humanas que são o cerne da singularidade do lugar, onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento (CARPIO, 1999).

É, pois, fundamental observar que o território adquire um destacado papel, qualquer que seja a realidade considerada, como agente que pode favorecer ou dificultar o desenvolvimento (GONZÁLEZ, 1998). É esta precisamente a idéia do território enquanto meio inovador, na medida em que é considerado fator, e não apenas base da inovação, isto é, do pensamento criativo que, na forma de empreendedorismo, planejamento e de ações, se volta para a solução de problemas sociais, econômicos e ambientais.

Neste sentido, o local se define por um conteúdo ecologicamente dinâmico e historicamente elaborado e experimentado pelas pessoas que nele moram ou moraram. Grosso modo, as pessoas, consideradas em suas distintas possibilidades sociais e econômicas, relacionam-se com as condições de ocupação e sobrevivência do lugar, com ele se identificam, dele se apropriam, nele formam raízes.

É, pois, à escala local (ou humana) que a capacidade de aprender e superar os problemas se constrói na vivência e a partir dos meios disponíveis à busca da solução. O protagonismo social ou “participação cidadã”, para usar um termo de Teixeira (2002), isto é, a condição sociopolítica de participar ativamente dos processos decisórios, encontra no

local as condições reais de se desenvolver. Mas, se, por um lado, a participação ativa é um vetor fundamental do desenvolvimento local, por outro, este esforço tem colhido poucos resultados efetivos, talvez por carecer de uma visão mais pragmática e de uma práxis fundada no cotidiano.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

Em essência, o Desenvolvimento Local incorpora a perspectiva humanística de valorização da pessoa humana enquanto sujeito e não apenas beneficiária. Desenvolvimento a escala humana se constitui do “protagonismo verdadeiro de cada pessoa” (MARTIN, 1999, p. 172), que implica uma postura pró-ativa em prol de resultados positivos, o que envolve condições materiais e imateriais. Tem a ver com o efetivo interesse, disposição e disponibilidade das pessoas pelo enfrentamento dos problemas que afligem a si e ao grupo que integram, numa perspectiva não individualista (TORRAS, 1995). Eis, pois, duas das condições mais importantes do desenvolvimento local: a participação sociopolítica e o sentimento (socioespacial) de pertença ao lugar.

2.1 A participação enquanto envolvimento e compromisso

Participação é envolvimento, o que não se mede com controle de frequência, nem mesmo com a própria presença. É, pois, reflexa do interesse real e não casual que, por sua vez, depende de entendimento/compreensão da realidade. A vivência dos problemas ensina seus efeitos, suscita a procura de meios para contorná-los ou superá-los. E isto envolve práticas sociais e espaciais que, por meio da capacidade de percepção (e entendimento) do espaço vivido, afetam qualitativamente a experiência humana (DIAS, 1994). Relações sociais e com o espaço ocupam o cerne da luta pela sobrevivência, é conhecimento real de dificuldades reais e de possibilidades reais. Uma família carente recém-chegada a uma ocupação em meio urbano, por exemplo, levará algum tempo para estabelecer novos laços de amizade e ingressar efetivamente em uma rede de solidariedade; levará tempo igualmente para conhecer as alternativas e os meios de acesso a serviços e bens de consumo essenciais. Este é o processo em que, para essa família, o novo lugar se tornará seu lugar, trata-se do estabelecimento de uma nova territorialidade que se constrói no dia a dia, confrontando seu conhecimento e experiência anteriores com as contingências e vicissitudes sociais e territoriais do novo lugar. A territorialidade, que também se expressa na “posse e o controle exclusivo do espaço por um indivíduo ou grupo de indivíduos”, dá-se por etapas de conquistas sociais e territoriais que são firmadas ao longo do tempo (DIAS, 1994, p. 121).

No lugar estão também presentes as forças “estranhas”, representantes de interesses distantes, não autóctones (SANTOS, 1996a). Esta é a razão do porque os problemas atuais, via de regra, não podem ser completamente entendidos (ou enfrentados) se analisados exclusivamente à escala local, uma vez que há variáveis externas. Se, por um lado, a presença de consultores e técnicos especializados é não raro necessária nas localidades, por outro, a ação destes detentores de habilidades e competências deve ser regulada e conduzida em função estrita dos interesses locais. Agentes externos podem até estampar uma pretensa condição de promotores de desenvolvimento local, mas este fenômeno lhe escapa às mãos. Desenvolvimento local, de tipo endógeno e territorial, implica uma postura nada tradicional diante da localidade e, por concepção, não pode ser promovido por agentes externos.

Participação é muito mais do que uma conquista pessoal, uma vez que para ela

concorrem fatores históricos, sociais, culturais, econômicos e espaciais. Este último intervém mais claramente com as distâncias e as localizações, onerando ou facilitando o exercício da cidadania (SANTOS, 1996b). Esta poderá não passar de figura de retórica se não relacionada com o território, pois cidadão não é tão somente aquele que tem direitos e deveres assegurados por lei, mas aquele que efetivamente tem condições de exercer esses direitos e deveres. Isto quer dizer que, ao envolver práticas territoriais, em distintas espacializações e em uma sociedade diferenciada, a cidadania pode ser plena para uns e nula para outros¹.

No nível da participação, do envolvimento pessoal efetivo em ações coletivas, jogam o interesse, a consciência compreensiva, o compromisso com o coletivo, a solidariedade e, não se pode esquecer, as vantagens econômicas. Participar ou engajar-se efetivamente em qualquer mobilização não deve ser vista como uma decisão estanque, mas é absolutamente pessoal. O que realmente move à participação é o interesse, a insatisfação e o otimismo que vislumbra o resultado positivo, seja individual ou coletivamente. Se ganhos individuais ou coletivos, o mais importante é considerar que o envolvimento efetivo passa por esta racionalidade (OLSON, 1999). É, pois, muito improvável que qualquer pessoa se engaje estando às cegas sobre o futuro ou o resultado previsível de seus atos ou do grupo, tanto mais em se tratando de pessoas cuja carência econômica lhes impele à busca (ou a preocupação) constante com a subsistência. É importante considerar que o desenvolvimento local não nasce em ambiente assistencialista, mas a solidariedade ativa, a que se apóia, na convivência, nos laços de amizade, na contiguidade e compartilha dos problemas cotidianos, já demonstrou sua importância. De fato, o envolvimento efetivo nasce, fortalece e é fortalecido pela auto-estima e pela valorização das pessoas e do meio em que vivem, com base no sacrifício e na luta do dia a dia.

De modo geral, as pessoas sabem o que querem para si e para sua família e este é o parâmetro fundamental para avaliar as alternativas e os caminhos que se apresentam; para estabelecer uma relação salutar e produtiva com os agentes externos. Uma consciência pró-ativa, que busca entender o problema e superá-lo, requer uma formação capaz de desenvolver nas pessoas a capacidade de se conhecer, de entender e interagir com a realidade a sua volta (ÁVILA, 2000).

Estes apontamentos, que apenas introduzem a questão da participação, estão longe de oferecer a dimensão real da sua complexidade. Investigá-la e discuti-la cientificamente é ainda uma lacuna entre os estudos sobre o desenvolvimento. As experiências com formas de gestão aberta à participação popular são recentes e colocam questões que ainda carecem de respostas. Não obstante, já se observa que há grande complexidade associada ao fenômeno da participação, dada a multiplicidade de fatores e variáveis envolvidos.

2.2 O sentimento de pertença ao lugar

A existência humana é um fato espacial (“quem existe, existe em algum lugar”, disse Aristóteles). Como tal, o espaço é parte integrante da identidade de uma pessoa, portanto indissociável da cultura e da história. O sentimento de pertença (pertencimento) ao lugar é assim fundamental à consciência coletiva, isto é, a percepção mais ampla do entorno e a identidade de interesses entre o indivíduo e a coletividade. O lugar além de espaço

¹ “Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. (...) O cidadão é um indivíduo no lugar” (Santos, 1996b).

percebido é também espaço sentido e este sentimento é fundamental para estabelecer uma verdadeira relação de respeito e compromisso (no sentido ecológico) com o meio social e natural.

Por identidade se entende precisamente o processo de construção de significados culturalmente estabelecidos e inter-relacionados. Tal construção se configura como um processo contínuo de afirmação do indivíduo frente a coletividade ou a “ameaças externas”. Desta construção resulta o sujeito, entendido como aquele que se individualiza na construção de sua própria história ou o “ator social coletivo” que alcança o “significado holístico em sua experiência” (CASTELLS, 2000, p. 26). Uma importante questão, que merece toda atenção de todos quantos se dedicam à compreensão da realidade territorial local, é a sobrevivência da comunidade diante dos processos cada vez mais globalizantes. As lutas contra a exploração econômica, a dominação cultural ou ainda contra a repressão política, levaram as pessoas à organização e ao auto-reconhecimento com base no território. Tal processo, paradoxalmente, reforçou o caráter comunitário mediante a produção de significado e de identidade (“minha vizinhança”, “minha comunidade”, etc). Assim, entende o autor, tem-se uma “identidade defensiva, uma identidade de entrincheiramento no que se entende como conhecido contra a imprevisibilidade do desconhecido e do incontrolável” (CASTELLS, 2000, p. 80).

No lugar, a proximidade é fator de solidariedade, além de reforçar a cultura e deste modo a identidade (SANTOS, 1996a). Pertencimento a um lugar é um sentimento tão indispensável à pessoa quanto pertencer a uma família ou grupo social. Trata-se pois de um sentimento em duplo sentido, já que a pessoa tanto se sente pertencente a um determinado lugar quanto o toma como seu. Ao longo da vida, as pessoas tomam para si elementos do espaço que adquirem algum significado em suas vidas. A escola, um esquina, um riacho, uma casa, uma árvore entre tantas outras, podem ser referências importantes, especiais, para toda a existência de uma pessoa. O que torna o espaço um lugar é, essencialmente, a emoção e o simbolismo, que o referenciam na existência humana (TUAN, 1976; 1980).

Sem embargo, o sentimento de pertença ao lugar, enquanto resultado da vida cotidiana, está entre as “energias intangíveis” e pode (deve) ser acionado como força de desenvolvimento (LE BOURLEGAT, 2000). Assim, o desenvolvimento local expressa uma concepção de desenvolvimento que valoriza o lugar como referência territorial e propõe estabelecer uma relação de mútuo fortalecimento com a identidade cultural comunitária. A rede de solidariedade e a gestão democrática e autônoma dos interesses locais frente aos interesses globais são, pois, fundamentos da endogenia e referências da afirmação da identidade individual e comunitária.

Assim, o diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos, mas em seus princípios, especialmente na postura que atribui e assegura às pessoas o papel de agente e não apenas de beneficiárias do desenvolvimento, rompendo com qualquer modalidade de assistencialismo material ou técnico. Desenvolvimento local, portanto, é fundamentalmente um processo de expansão da capacidade, individual ou coletiva, de interagir e cooperar em prol da realização material e imaterial. Tratando precisamente de expansão de capacidades, Sen (2000) evidencia os desacertos dos modelos de desenvolvimento que se valem do aumento da renda (da expansão material) como critério de êxito, esclarecendo que o problema não está em se buscar a prosperidade econômica, mas no fato desse aspecto ser o objetivo central, e não um objetivo intermediário, que favorece em última instância a vida humana.

Observa-se que o caminho percorrido pelo debate em torno do conceito de

desenvolvimento incorpora aspectos fundamentais da transição de paradigmas, marcada pela superação da concepção cartesiana-mecanicista pela ecológica-humanista. Uma compreensão “apropriada” do mundo atual, dos seus inúmeros problemas, não pode se dar sem uma “... nova visão da realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores.” (CAPRA, 1982, p. 14).

Entende-se que, na essência do desenvolvimento local, a participação popular é a força motriz necessária à sua implementação e continuidade. Na atualidade, a participação é cada vez mais considerada indispensável na concepção e prática das políticas públicas. Ainda que, em muitos casos, a participação popular acabe por funcionar como fator de legitimação das ações governamentais, o que se observa é a exigência cada vez maior de meios que viabilizem o diálogo com a sociedade civil organizada ou não. Por outro lado, a participação popular tem sido requisito indispensável nos projetos que buscam o apoio financeiro de organismos internacionais.

Na perspectiva do desenvolvimento local, porém, busca-se sobretudo a participação ativa, que não se resume a envolvimento esporádicos, eventuais, descompromissados. É, pois, indispensável visualizar a participação enquanto resultado do processo de construção social, portanto sujeito a fatores históricos e culturais. Neste sentido, a participação parece manter uma relação direta com a capacidade individual ou coletiva de interagir, cooperar, associar-se e confiar. Este “capital social” assume patente visibilidade enquanto recurso potencial de desenvolvimento, tanto mais pelo fato de que tem seu aporte na dimensão cultural e não apenas sociológica ou espacial (KLIKSBURG, 1999, p. 90).

Entende-se que a participação ativa requer empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender. Uma avaliação dos grupos locais da iniciativa comunitária Leader 1, na Espanha, cujo resultado apontou uma escassa participação da população local (FERNÁNDEZ, 1995), faz crer que este é o maior desafio a ser enfrentado por qualquer estratégia de desenvolvimento local.

A observação de experiências reais tem mostrado que a participação ativa não é uma situação-ideal-estática que se alcançará, por uma evolução linear, em um futuro próximo ou distante. A ambigüidade desta percepção torna-a corrosiva em relação ao ânimo de participar, uma vez que não valoriza adequadamente o esforço pessoal, ademais de remeter a uma meta temporal imprecisa. A participação é, sem embargo, resultado dinâmico, de evolução cíclica, na qual operam, de modo incessante, conflitos de interesses e disputas de poder. Esta foi a realidade observada no caso relatado a seguir.

3 EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

No âmbito do Programa DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), a formação do fórum seguia procedimentos padronizados e orientados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)², através de agentes capacitados para esta finalidade. Dois Irmãos do Buriti entrou no Programa Comunidade Ativa³ desde 2002 e o início deste processo não seguiu a metodologia DLIS, mas a do Mestrado em

² O Sebrae é uma sociedade civil sem fins lucrativo, que tem o objetivo de promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno portes. Atualmente, o Sebrae atua no Brasil inteiro, com unidades nos 26 estados e no Distrito Federal.

³ O Programa Comunidade Ativa foi criado pelo Governo Brasileiro, em 1999, com o propósito de combate à exclusão social, adotando a estratégia DLIS, isto é, a promoção do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Desenvolvimento Local⁴. Não obstante os objetivos fossem os mesmos, havia significativa distinção metodológica entre as referidas instituições, especialmente quanto a postura em relação à comunidade. As ações, no segundo caso, foram pautadas no princípio da endogeneização, que busca superar todas as formas modalidades de assistencialismo material ou técnico.

A sensibilização, realizada através de várias reuniões com representantes e membros das comunidades, cumpriu a finalidade de prestar esclarecimentos sobre os princípios e pressupostos do desenvolvimento local, além motivar as pessoas para as ações coletivas. O esforço maior esteve orientado, sobretudo, no sentido de confrontar as posturas sectárias e utilitaristas e defender a necessidade de cooperar e dialogar em meio às diferenças. Em Dois Irmãos do Buriti, a sensibilização realizada pela equipe do mestrado atingiu principalmente o poder público municipal e boa parte das lideranças. No geral, as reuniões contaram com a presença de um grupo pouco variado de pessoas, não obstante o esforço despendido nas convocações e convites à população.

Ao expor aqui a experiência de Dois Irmãos do Buriti/MS, o objetivo é analisá-la à luz dos pressupostos teóricos percorridos neste trabalho, não para se chegar a alguma conclusão a partir de qualquer critério de êxito ou fracasso, mas para oferecer uma perspectiva de observação privilegiada deste processo evolutivo. Reitera-se que o objetivo foi analisar o processo de participação no âmbito do Fórum de Desenvolvimento Local da referida localidade, focalizando a correlação entre a disposição dos indivíduos (membros do fórum) e a distância que tinham que percorrer entre suas comunidades e o local das reuniões. Para esta avaliação, adotou-se procedimentos metodológicos de pesquisa qualitativa, como a análise de conteúdo (das atas e relatórios) e a observação (ou pesquisa) participante.

A Análise de Conteúdo volta-se para o discurso em vista da interpretação pretendida, constituindo-se em procedimento de análise atento à objetividade e subjetividade dos sujeitos expressas nos termos, nas palavras. Bardin (1979, p. 26), define a análise de conteúdo como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter [...] indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.”

De natureza também empírica, a pesquisa participante constitui metodologia muito apropriada a pesquisas que, como esta, foram realizadas simultaneamente à ocorrência dos fatos estudados. De acordo com Gajardo (1986), a pesquisa participante parte da realidade concreta dos sujeitos e busca, entre outros objetivos, estabelecer “relações horizontais e antiautoritárias” e estimular a mobilização sociopolítica dos grupos para a transformação da própria realidade.

3.1 Dois Irmãos do Buriti

O município de Dois Irmãos do Buriti está localizado na porção central do Estado de Mato Grosso do Sul, a cerca de 120 km da capital, Campo Grande (figura 1).

⁴ Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* vinculado à Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande/MS.

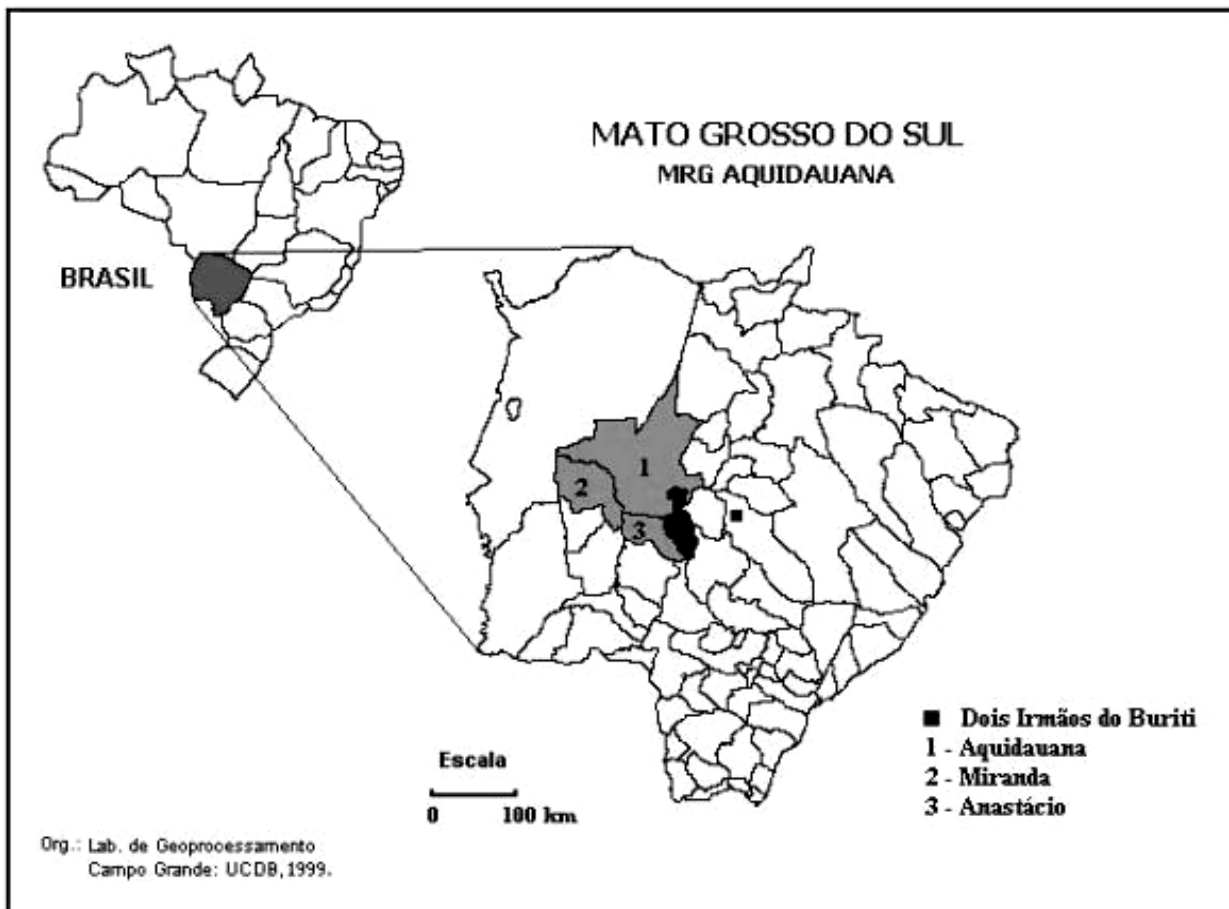


Figura 1 – Localização do município de Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dois Irmãos tem origem como colônia agrícola fundada por imigrantes japoneses, em 1959. Sua área de 2.351 km² é ocupada por um distrito (Palmeiras), três assentamentos rurais (Marcos Freire, Paulo Freire e Santa Amélia), três aldeias indígenas Terena (Buriti, Água Azul e Recanto) e dois outros aglomerados rurais (Arrozal e Ouro Verde), além da sede do município, onde ocorre a única situação de moradia propriamente urbana. Tal divisão expressa as distintas comunidades, algumas em patente formação, como é o caso dos assentamentos. Ver-se-á adiante que, no processo de formação e organização de instâncias colegiadas, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e o Fórum de Desenvolvimento Local, a integração dessas comunidades, no sentido de superar a postura reivindicativa parcial, fragmentária, tem sido um dos maiores desafios, ainda que muitas das reivindicações sejam semelhantes e mesmo idênticas.

A área do município integra a bacia hidrográfica do Paraguai e as águas são drenadas principalmente pelos rios Dois Irmãos e Aquidauana. O relevo não apresenta significativa variação altimétrica, merecendo destaque a “Serra de Aquidauana”, na verdade uma formação escarpada que se impõe precisamente onde o planalto recua, formando cuevas de grande beleza cênica. A vegetação natural mais observada é o cerrado, mas na paisagem, hoje bastante alterada pelo desmatamento, predominam as pastagens.

A pequena cidade de Dois Irmãos do Buriti não está longe de se tornar moradia para a maioria da sua população, cerca de 9.300 habitantes, de acordo com o censo de 2000.

De fato, sua evolução demográfica na última década revela duas tímidas tendências: o reduzido crescimento populacional e a urbanização. De 1991 a 2000, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população foi acrescida de 574 habitantes, correspondendo a um crescimento anual em torno de 1%.

A economia se volta basicamente para a agropecuária, que responde por cerca de 45% da arrecadação municipal de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Além de predominar na paisagem, a pecuária bovina de corte é encontrada principalmente em grandes propriedades. Com efeito, a realidade agrária de Dois Irmãos de Buriti não escapa à regra do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo marcada pela forte concentração fundiária, haja vista que as propriedades a partir de 1000 ha representam 9,5% do número de estabelecimentos rurais e 67,5% da área total ocupada⁵.

Dois Irmãos do Buriti é uma realidade rural, onde predominam a paisagem e o aroma de fazenda. Mesmo na área urbana, a ruralidade é significativa, manifestando-se no comércio de produtos agropecuários ou voltados ao atendimento de atividades rurais. A aparência pobre do lugar é uma evidência genérica, que contrasta com a riqueza observada no campo. Com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 0,686⁶, o município enfrenta limitações socioeconômicas e, sobretudo, infra-estruturais. Um problema comum, qualquer que seja a comunidade, é a significativa ociosidade do potencial laboral dos jovens, que são forçados a migrarem em busca de trabalho e continuidade dos estudos.

Com efeito, a busca mais importante do momento é pela geração de renda e emprego (ou ocupação), via diversificação e dinamização das atividades produtivas, mas o desafio percebido é bem maior que isso, uma vez que se entende cada vez mais que a solução não poderá vir de fora, pronta, ou através de um receituário previamente definido. A recente constituição do Fórum de Desenvolvimento Local revela precisamente a urgente necessidade de mobilizar e organizar as comunidades contra a passividade, o individualismo e o utilitarismo e em prol da ação coletiva, integrada e solidária.

3.2 Da sensibilização à constituição do Fórum de Desenvolvimento Local em Dois Irmãos do Buriti

A criação de uma instância articuladora e deliberativa, constituída por representações ou lideranças dos vários segmentos sociais, é um passo fundamental da organização da sociedade civil para as ações coletivas. Pela metodologia do Programa Mestrado em Desenvolvimento Local as ações orientaram-se para a motivação e trabalho cooperativo, pautado pelo absoluto respeito à vontade local; pelo princípio da endogeneização, busca romper com todas as modalidades de assistencialismo material ou técnico.

A sensibilização, realizada através de várias reuniões com representantes e membros das comunidades, cumpriu a finalidade de prestar esclarecimentos sobre os princípios e pressupostos do desenvolvimento local, além motivar as pessoas para as ações coletivas. O esforço maior esteve orientado, sobretudo, no sentido de confrontar as posturas sectárias e utilitaristas e defender a necessidade de cooperar e dialogar em meio às diferenças. Em Dois Irmãos, a sensibilização atingiu principalmente o poder público municipal e a maior parte das lideranças sócio-comunitárias. No geral, as reuniões contaram

⁵ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário 1995-96.

⁶ De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

com a presença de um grupo pouco variado de pessoas, não obstante o grande esforço despendido nas convocações e convites à população em geral.

Com o objetivo de realizar o diagnóstico participativo, elaborar o plano e a agenda de desenvolvimento local, bem como coordenar a execução de ambos, o Fórum de Dois Irmãos foi composto por 22 membros ativos, representantes de vários segmentos sociais e comunidades locais, relacionados a seguir:

- ⇒ 1 representante da Prefeitura Municipal;
- ⇒ 2 representantes do Distrito de Palmeiras;
- ⇒ 1 representante da Associação de Jovens;
- ⇒ 2 representantes do Sindicato dos Professores;
- ⇒ 1 representante dos Evangélicos;
- ⇒ 2 representantes da Pastoral da Criança;
- ⇒ 1 representante do Programa Bolsa-Escola;
- ⇒ 1 representante do Conselho Tutelar;
- ⇒ 2 representantes dos Agentes Comunitários de Saúde;
- ⇒ 2 representantes da Vigilância Sanitária;
- ⇒ 2 representantes do Conjunto Habitacional Jandira Moura;
- ⇒ 2 representantes da Escola Estadual;
- ⇒ 2 representantes da Escola Municipal;
- ⇒ 1 representante da Comunidade Ouro Verde.

Havia nesta composição, como se pode perceber, uma forte presença do setor educacional, traduzida pela participação de, pelo menos, seis professores. De certo modo, o Fórum continha em sua composição as características do processo que o originou, na medida que as pessoas que o integravam, via de regra, eram aquelas que estiveram mais presentes às reuniões ou, como parecia ser o caso dos professores, os que tinham menos dificuldade de entender e lidar com a terminologia e procedimentos que envolviam as atividades realizadas. O Fórum de Dois Irmãos reproduziu uma distorção importante: trata-se da prevalência das representações de setores econômicos ou de serviços, em relação às comunitárias (ou mesmo de associações). Além de requerer um maior número de representantes, a composição setorial dificultava a formação de uma consciência de totalidade e, por conseguinte, a percepção (e aceitação) da inter-relação e interdependência.

O Fórum trabalhou na elaboração do plano de desenvolvimento local, o que procurava fazer ouvindo aqueles que representava, mas esbarrava na dificuldade de mobilizar e, sobretudo, de engajar seus próprios membros. Verificou-se que a urgência de seus afazeres não conferia ritmo ao processo, sobretudo porque os avanços, em termos de resultados, dependem da participação popular, do acionamento e envolvimento das comunidades. Em se tratando de participação popular, na perspectiva do desenvolvimento local, a preferência pela (ou valorização da) quantidade, enquanto fator de legitimidade, com efeito, não atende à necessidade de romper com uma cultura política marcada pelo paternalismo assistencialista do poder público, que provoca e sustenta a paralisia e o aparente desinteresse das pessoas do lugar.

3.3 A participação popular no âmbito do Fórum de Desenvolvimento Local de Dois Irmãos do Buriti

O Fórum de Desenvolvimento Local, enquanto instrumento de gestão participativa, constituía uma instância indispensável ao acionamento e articulação do poder público e

demais segmentos sociais locais, parcerias e comunidades existentes no município; constituía também espaço de exercício democrático e plano privilegiado de observação e conhecimento dos problemas e potencialidades do lugar.

Em Dois Irmãos do Buriti, as reuniões do Fórum ocorreram sempre na sede do município, onde reside a maior parte dos membros e se dispõe de melhor infra-estrutura. A presença dos membros que residiam fora da sede era garantida com o custeio das despesas de transporte, por parte da prefeitura. Conforme se observou nas atas, em média, a presença dos membros nas reuniões do Fórum (participação presencial) era de 40 a 60% do total. De fato, a distância representava um ônus maior à participação dos membros residentes na área rural, incluindo aí os representantes indígenas. Estes, que estiveram presentes no início, deixaram de participar das reuniões. De acordo com a coordenação do Fórum, os índios só se faziam presentes em eventos maiores e, mesmo assim, quando se garantia a cobertura de todas as despesas (combustível, refeições). Este comportamento político, talvez associado à desconfiança e ao descrédito em relação ao poder público, muito presente nas ações do Fórum, está a merecer uma análise mais apurada.

A avaliação realizada mostrou que a distância e as condições de acesso não se revelavam propriamente como entraves à participação, ainda que pesassem sobre as motivações pessoais. De um modo geral, em Dois Irmãos do Buriti, as comunidades não estão tão distantes da sede e o acesso é relativamente fácil mesmo pelas estradas não pavimentadas, o que pode mudar radicalmente durante os períodos mais chuvosos (tabela 1).

Tabela 1 – Distância em relação à sede urbana das comunidades e localidades existentes em Dois Irmãos do Buriti/ MS

COMUNIDADES	DISTÂNCIA DA SEDE (Km)
Distrito de Palmeiras	40
Arrozal	25
Ouro Verde	11
Assentamento Marcos Freire	30
Assentamento Santa Amélia	06
Assentamento Paulo Freire	04
Aldeia Buriti	33
Aldeia Água Azul	35
Aldeia Recanto	37

Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti.

Verificou-se ainda que, se, por um lado, a maior distância representava maior dificuldade relativa à presença nas reuniões, por outro, quando superada, ela funcionava como uma motivação a mais, se associando a um perfil de participante mais crítico e comprometido com a coletividade que representava. Está claro que a participação é uma prática sociopolítica que se realiza territorialmente e constitui o cerne da cidadania (SANTOS, 1996b).

Seja pelo conteúdo das atas, seja pela simples observação das reuniões, a participação no âmbito do Fórum era fortemente reivindicativa, isto é, pautada na afirmação de necessidades e apontamentos de carências. O alvo das reivindicações foi quase sempre a prefeitura municipal e, às vezes, estiveram associadas a promessas de campanha. É preciso considerar que grande parte das reivindicações expressa carências reais, às vezes urgentes, das comunidades ou de segmentos e setores organizados. Se orientada apenas por

reivindicações, a participação tende a se esgotar nas necessidades e na cobrança, além de reforçar posturas corporativas e pouco conciliáveis com um ambiente cooperativo. Levar isto a efeito requer olhar a participação como verdadeiro processo de construção social, de organização sócio-comunitária (ROZAS, 1998, p. 7). Em todo caso, a disposição (individual ou coletiva) de reivindicar constitui energia social e política que pode (e deve) ser canalizada contra a passividade sociopolítica dos que se habituaram a responsabilizar o Poder Público por todas as suas dificuldades e esperar pelas soluções.

Retoma-se aqui a observação feita anteriormente sobre a composição do Fórum, na qual houve a prevalência das representações dos distintos setores ou segmentos sociais em relação às comunitárias. Tal estrutura de representação é típica de instâncias colegiadas no âmbito da democracia representativa. Na perspectiva do desenvolvimento local, todavia, tal estrutura desfavorece as ações integradas no enfrentamento de problemas comuns, além de apresentar limitações em relação à própria representatividade.

Na determinação do que realmente leva as pessoas a participarem (no sentido não apenas de atender às convocações, mas de se envolverem no processo), sem embargo pesam o interesse e insatisfação e, sobretudo, a perspectiva de resultados positivos. Trata-se de um processo intrinsecamente racional, no qual jogam a compreensão e percepção das pessoas em relação aos fatos e acontecimentos que tomam conhecimento. De fato, a percepção é um fenômeno racional, intuitivo, sensorial e, fundamentalmente, cultural, que revela o modo como, afinal, entendemos a realidade em que vivemos e como nela nos inserimos (TUAN, 1980). De um lado, a razão que analisa, classifica, reduz e julga os acontecimentos com base no conhecimento prévio e nas informações que chegam; de outro, a intuição e o sentimento que totalizam o contato com a realidade, propiciando-nos a base mais imediata da valoração.

Deve-se ainda considerar que o envolvimento efetivo passa por uma racionalidade habituada ao imediatismo e ao utilitarismo. Foi o que revelou a postura de participação observada em Dois Irmãos do Buriti, já caracterizada como fortemente reivindicatória e voltada ao atendimento de necessidades nem sempre urgentes. Em todo caso, é por demais relevante que as pessoas saibam o que querem para si e para sua família. Este é o parâmetro fundamental para avaliar as alternativas e os caminhos que se apresentam e, inclusive, para estabelecer uma relação salutar e produtiva com os parceiros externos.

A participação ativa em uma ação coletiva por parte da pessoa, freqüentemente, está associada à clareza que tem dos resultados positivos (ou benefícios esperados) advindos da ação de participar. Pragmaticamente, engaja-se em uma ação coletiva a pessoa que se convence de que seus interesses (em prol de si mesmo, da família ou da comunidade) podem ser melhor ou mais rapidamente alcançados desta forma do que se agir sozinha. Esta parece ser a racionalidade realizada por qualquer pessoa comum, por menos instruída ou mais desinformada que seja (OLSON, 1999).

No Brasil, e não apenas em Dois Irmãos do Buriti, a participação popular na gestão pública é, via de regra, escassa. Por vários motivos, as pessoas não atendem às convocações e, tampouco, envolvem-se nas discussões ou na tomada de decisão. Não são poucos os que afirmam ser tudo isto uma questão de desinteresse ou acomodação. Há também os que consideram (e também estes não são poucos) que as pessoas em geral, sobretudo os menos instruídos, são incapazes de compreender os problemas e, por conseguinte, contribuir com a busca de soluções. Os primeiros pecam por generalização, reducionismo e superficialidade. Os segundos, pela postura tecnicista e egocêntrica. Ambos os casos não se sustentam na realidade, mas estão de longe de constituírem tão somente exemplos de ignorância,

desprovidos de intencionalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o desenvolvimento local seja visto como reação a propósitos externos de exploração econômica, ao se processar pela mobilização e organização das comunidades constituídas ou em constituição, no sentido de que se tornem competentes para gerir os recursos, estabelecer ações cooperativas com base em parcerias externas e promover a satisfação de suas necessidades de produção e consumo, em termos sustentáveis (equilíbrio dinâmico), fica cada vez mais visível a força que representa uma comunidade organizada, quando ciente de suas limitações, metas e possibilidades.

Verifica-se que a “redescoberta do lugar”, do território que revela a totalidade sistêmica (unidade dialética) entre a sociedade humana e a natureza, está associada à busca por meios (estratégias, modalidades) sustentáveis de atender, prioritariamente, às necessidades humanas fundamentais. Neste sentido, os desafios crescentes no sentido de suprir as carências e amenizar as desigualdades socioeconômicas, têm levado os municípios sul-mato-grossenses e de todo o país a buscarem alternativas que possibilitem a gestão local e a participação ativa da população.

Em Dois Irmãos do Buriti, o processo de desenvolvimento local contou com uma importante participação popular. Tratou-se, deve se ressaltar, de um misto de participação simbólica ou presencial com a de cunho reivindicativo. A mobilização, que sempre exigiu redobrado esforço da coordenação do Fórum de Desenvolvimento Local, esbarrava precisamente na eficácia limitada dos meios formais de divulgação e comunicação, especialmente em relação às pessoas mais carentes e menos escolarizadas. Considerando a realidade local, onde se verificava um cotidiano predominantemente marcado por relacionamentos sociais primários, a mobilização popular pode ser empreendida mediante um processo de convencimento pessoal ou familiar e não apenas pela convocação e convites tradicionais. Assim é que se pode aproveitar, valorizar e fortalecer a situação de vizinhança.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local.

Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Ano 1, N° 1, setembro 2000, p. 63-76.

BARDIN, L **Análise de conteúdo**. Trad. Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70-PERSONA; São Paulo: Martins Fontes, 1979.

CAPRA, F. **O ponto de mutação - a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARPIO, J.; BOURLEGAT, C.; MARTINS, S. R. O. Los retos del Mato Grosso do Sul: entre la globalización y el desarrollo local. In: MARQUEZ, D. **Territorio y Cooperación**. Sevilla: AGEAL/Universidad de Sevilla, 1999. p. 56-67.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da da informação: economia, sociedade e cultura, v.2)

- DIAS, G. F. **Populações marginais em ecossistemas urbanos**. 2ª ed. Brasília: IBAMA, 1994.
- FERNÁNDEZ, Carlos B. Evaluación y resultados de la Iniciativa Comunitária LEADER 1. **Cuadernos de Aguilar, Conferencias**, Sl., p.26-47. 1995.
- GAJARDO, M. **Pesquisa Participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GOBIERNO BASCO. **Estudios de economia, manual de desarrollo local**. Vitoria-Gasteiz: Departamento de Economía y Hacienda, 1994.
- GONZÁLEZ, R. R. La escala local del desarrollo: definición de aspectos teóricos. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano 1, n.1, Salvador, nov. 1998.
- KLIKSBERG, Bernardo. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL 69**, dez. 1999.
- LE BOURLEGAT, C. Ordem local como força interna de desenvolvimento. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Ano 1, Nº. 1, p. 13-20, set. 2000.
- LEROY, Jean-Pierre. Modelos de desenvolvimento em questão. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A luta pela terra**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 87-98
- OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.
- MARTIN, J. C. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: SOUZA, M. A. A. et al (Org). **Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora EDESP, 1999. p. 169-177.
- ROZAS, Germán. Pobreza y desarrollo local. In: **Excerpta**, Universidade do Chile, n.7, 1998.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- _____. **O espaço do cidadão**. São Paulo, Nobel, 1996b.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3 ed. São Paulo: Cortez, Salvador: UFBA, 2002.
- TORRAS, Marta. **La participación de los pueblos en su desarrollo**. Barcelona: Intermón, 1995.
- TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. **Anais da Associação de Geógrafos Americanos**,

v. 66, n. 2, Jun. 1976.

_____. **Topofilia**: um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1980.

VERHELST, T. G. **O direito à diferença**. Petrópolis: Vozes, 1992.